

PERFIL DO COOPERATIVISMO NA AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DO PARANÁ: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS DADOS DO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017
PROFILE OF FAMILY FARMING COOPERATIVES IN THE STATE OF PARANÁ: AN ANALYSIS BASED ON DATA FROM THE 2017 AGRICULTURAL CENSUS

Dieterson Debus
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
dita.debus@gmail.com

Leoni Terezinha Wammes
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
ninhaw7@gmail.com

GT06. Cooperativismo, associativismo e demais ações coletivas no meio rural

Resumo

O objetivo deste artigo foi traçar o perfil do cooperativismo na agricultura familiar do Estado do Paraná, a partir da análise dos dados do Censo Agropecuário de 2017, destacando os papéis da organização social e colaborativa nos processos de desenvolvimento rural e regional. Para analisar o perfil de agricultores familiares associados a cooperativas, adotou-se como proposta metodológica uma abordagem descritiva, envolvendo estatísticas descritivas e comparativas baseada em dados do Censo Agropecuário de 2017 do IBGE. A pesquisa identificou que a adesão às cooperativas pode estar relacionada às características como o tamanho dos estabelecimentos agropecuários, o nível de escolaridade dos produtores, origem da renda, assistência técnica e gênero. Os resultados também apontam que o cooperativismo desempenha um papel fundamental no fortalecimento da agricultura familiar, oferecendo benefícios como apoio na produção, construção de mercados, acesso a tecnologias e recursos financeiros. Contudo, a pesquisa também revela desafios como baixa representatividade feminina, refletindo desigualdades de gênero ainda presentes no meio rural. É necessário fomentar políticas públicas que incentivem a cooperação entre agricultores familiares e ampliar o acesso à assistência técnica, especialmente para agricultores não cooperados, e realizar mudanças nas trajetórias consolidadas das formas de cooperação.

Palavras chave: Cooperativismo; Agricultura Familiar; Censo Agropecuário 2017; Desenvolvimento rural e regional.

Corrija estes detalhezinhos no Abstract abaixo e sugiro revisar estas palavras coloquiais, não acadêmicas e conservadoras mais uma vez no texto, pois se tem aqui no resumo, tem em todo ele, possivelmente...

Abstract

The objective of this article was to describe the profile of cooperativism in family farming in the state of Paraná, based on the analysis of data from the 2017 Agricultural Census, highlighting the role of social and collaborative organization in rural and regional development processes. To analyze the profile of family farmers associated with cooperatives, a descriptive approach was adopted as a methodological proposal, involving descriptive and comparative statistics based on data from the 2017 IBGE Agricultural Census. The research identified that membership in cooperatives can be related to characteristics such as the size of agricultural establishments, the producers' level of education, source of income, technical assistance, and gender. The results also indicate that cooperativism plays a fundamental role in strengthening family farming, providing benefits such as production support, market construction, access to technology, and financial resources. However, the research also reveals challenges such as low female representation, reflecting the gender inequalities that persist in rural areas. It is necessary to promote public policies that encourage cooperation among family farmers and expand access to technical assistance, especially for non-cooperative farmers, and change the established trajectories of forms of cooperation.

Keywords: Cooperativism; Family Farming; 2017 Agricultural Census; Rural and Regional Development.

1. Introdução

A prática do cooperativismo agrícola está enraizada na vida em sociedade, desde os tempos mais remotos até os dias atuais. Historicamente, o cooperativismo tem sido associado à

resolução de necessidades comuns, surgindo como uma resposta coletiva a desafios compartilhados, mostrando-se, por exemplo, como a economia camponesa poderia interagir com a economia de mercado, permitindo o desenvolvimento combinado de diversas formas de organização da agricultura, desde pequenas unidades camponesas até outras modalidades, por meio do cooperativismo (Tomazzoni; Schneider, 2022).

A partir da segunda metade do século XX, com a modernização da agricultura e a intensificação da produção, as cooperativas passaram a desempenhar um papel central na organização da cadeia produtiva, agregando valor aos produtos e garantindo melhores preços aos agricultores. Além disso, as cooperativas surgiram como um meio de garantir melhores condições de produção, crédito rural e comercialização para os agricultores, especialmente aqueles de menor porte. Tomazzoni e Schneider (2022) evidenciaram que, no contexto da agricultura familiar brasileira, o cooperativismo desempenha um papel fundamental no desenvolvimento rural e na redução da pobreza, atuando como a principal ligação entre os agricultores e os mercados, superando assim, desafios históricos enfrentados pela categoria como a insegurança para investir e planejar a produção. Para os autores, os agricultores cooperados apresentam melhores resultados na certificação da produção orgânica, quando comparados àqueles que não possuem vínculos cooperativistas e maior capacidade de adotar novas práticas e otimizar o uso de recursos.

Maia e Alves (2013), reforçam que o cooperativismo é um instrumento para superar problemas como a diversificação da produção, o acesso limitado a mercados e a baixa remuneração dos produtos e alimentos vendidos. A importância das organizações cooperativistas como facilitadoras do acesso a mercados, elementos essenciais para o fortalecimento da agricultura familiar (AF) no país é evidente, tanto que a maior parte das cooperativas (72%), segundo dados do último Censo Agropecuário de 2017, são compostas por agricultores familiares.

No Paraná, o cooperativismo agrícola teve suas origens vinculadas à imigração europeia e ao desenvolvimento da agricultura voltada para a comercialização. Ao longo das décadas, o cooperativismo evoluiu, adaptando-se às novas demandas e desafios do rural (Ilha, 2010). Essa forma de organização social também tem desempenhado um papel importante no fortalecimento da agricultura familiar. Segundo dados do sistema OCEPAR (2022), o Estado conta com 181 cooperativas no Paraná enquadradas como da agricultura familiar que possuem um quadro social de aproximadamente 34 mil agricultores.

Outro aspecto relevante diz respeito à assistência técnica, destacando-se a importância da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) como mecanismo estratégico para fomentar a inclusão dos agricultores familiares em processos cooperativos. Conforme os dados do Censo Agropecuário de 2017, dentre os 100.350 agricultores familiares que recebem ATER, aproximadamente 56.258 (56%) estão associados a cooperativas. Em contrapartida, entre os 128.538 agricultores familiares que não têm acesso à ATER, apenas 20.154 (15,7%) encontram-se cooperados. Esses resultados evidenciam a correlação positiva entre a assistência técnica e a participação dos agricultores familiares em arranjos cooperativos, reforçando o papel da ATER como instrumento de fortalecimento da agricultura familiar e da organização coletiva nos espaços rurais.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo traçar um perfil do cooperativismo na agricultura familiar do Estado do Paraná, a partir da análise dos dados do Censo Agropecuário de 2017, destacando os papéis da organização social e colaborativa nos processos de desenvolvimento rural e regional. Foram empregados dados quantitativos do IBGE, com foco em variáveis como participação em cooperativas, acesso à assistência técnica e características socioeconômicas. A metodologia inclui análises estatísticas descritivas e comparativas visando

identificar padrões e relações entre cooperativismo, ATER e desenvolvimento rural, contribuindo para o debate sobre políticas públicas.

Este artigo está organizado em três seções, além desta introdução e das considerações finais, que levam a uma análise do perfil do cooperativismo na agricultura familiar do Paraná. A revisão bibliográfica discute conceitos teóricos e trabalhos anteriores relacionados ao cooperativismo, à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural. A metodologia de pesquisa busca apresentar os procedimentos adotados, incluindo a fonte de dados e as análises estatística utilizadas. Na seção de resultados, são expostos os principais achados, com destaque para o perfil dos agricultores cooperados e a relação entre cooperativismo. Essa estrutura busca oferecer uma compreensão do tema, ligando teoria, metodologia e evidências lastreadas nos dados censitários.

2. Cooperativismo: Uma estratégia de desenvolvimento rural na agricultura familiar

O surgimento do cooperativismo moderno está associado a três figuras históricas fundamentais: os Probos de Rochdale, Schulze-Delitzsch e Raiffeisen (Mladenatz, 2003). Destacam-se os Probos de Rochdale, considerados os precursores do cooperativismo moderno. Fundada em 1844 na Inglaterra por 28 tecelões, essa cooperativa surgiu como uma alternativa econômica ao capitalismo da Revolução Industrial, inicialmente focada na venda de alimentos sem fins lucrativos. Inspirados nas ideias socialistas de Robert Owen, os princípios éticos e humanos estabelecidos pelos fundadores de Rochdale tornaram-se a base para milhares de cooperativas em todo o mundo, consolidando o cooperativismo como uma forma de organização social e econômica imerso ao sistema capitalista.

O termo “cooperativismo” apresenta múltiplas definições, o que torna complexa sua delimitação concisa. No entanto, de modo geral, pode-se compreendê-lo como a união formal de indivíduos com o propósito de alcançar objetivos comuns, fundamentada em valores e princípios democráticos. Nessa perspectiva, as pessoas constituem o eixo central das ações cooperativistas, pautadas em pilares como democracia, igualdade, solidariedade e responsabilidade social (Mladenatz, 2003). Essa concepção ressalta a natureza coletiva e social do cooperativismo, destacando seu potencial como instrumento de organização e desenvolvimento comunitário. Nesse sentido, as cooperativas desempenham um papel crucial no desenvolvimento de práticas colaborativas em determinadas regiões, sendo, como afirma Gregorini (2019, p. 7), “o braço da realidade social que diferencia uma região desenvolvida”.

No Brasil, o cooperativismo emergiu em um contexto de transformações sociais e econômicas, impulsionado pela chegada de imigrantes europeus no final do século XIX. As primeiras cooperativas, estabelecidas em meados de 1887, surgiram como cooperativas de consumo nas áreas urbanas e cooperativas agropecuárias nas zonas rurais, refletindo as necessidades de organização coletiva desses grupos (Singer, 2002). Apesar de um início disperso, o movimento cooperativista ganhou força ao longo do século XX, consolidando-se como uma alternativa econômica e social. A regulamentação ocorreu apenas em 1971, com a Lei nº 5.764/71, que estabeleceu as diretrizes para o funcionamento das cooperativas no Brasil, embora com entraves burocráticos e a dependência de autorização estatal. A autonomia para a criação de cooperativas só foi alcançada com a Constituição Federal de 1988, marco que permitiu maior expansão e diversificação do cooperativismo no país.

No Paraná, o cooperativismo teve um desenvolvimento significativo, impulsionado pela atuação de imigrantes europeus, como o ucraniano Valentin Cuts, que organizou 14 cooperativas entre 1918 e 1930 (Serra, 1985). Esse período marcou a consolidação dessa forma de organização no estado, especialmente no meio rural, onde as cooperativas de agricultores imigrantes se tornaram pilares do desenvolvimento local, desempenhando um papel

fundamental na fixação desses grupos à terra e atuando como mecanismos facilitadores de sua inserção socioeconômica e cultural em diversas regiões do estado (Coelho, 2020).

A partir da década de 1970, com a modernização agrícola, o Paraná vivenciou um processo de intensificação da produtividade e concentração de terras, o que, por um lado, impulsionou o ramo agropecuário, mas, por outro, resultou em êxodo rural e redução da produção de alimentos básicos em favor de culturas industriais e de exportação (Gaspareto, p. 11). Na década de 1990, especialmente entre 1993 e 1995, houve um declínio no número de cooperativas agrícolas, reflexo das crises econômicas e das mudanças no cenário produtivo. A partir de 1999, observou-se uma recuperação lenta e discreta, marcada pela reestruturação e pela busca de novas estratégias de atuação (Abreu et al., 2008).

Atualmente, segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB (OCB, 2023), o estado possui 221 cooperativas distribuídas em vários ramos de negócios, com um total de 3.297.859 cooperados e um faturamento na ordem de 160 bilhões de reais. Desta totalidade, 181 cooperativas estão voltadas à agricultura familiar do Paraná, representado cerca de 34 mil agricultores cooperados. Apresentam um faturamento anual de 650 milhões de reais demonstrando a força e representatividade desta forma de organização coletiva na produção do estado (SEAB, 2023).

É possível constatar que o sistema cooperativista do estado se desenvolveu em dois momentos distintos. O primeiro, tomou corpo em meio ao desenvolvimento da agricultura no estado, especialmente a partir dos anos 70 com a modernização da agricultura e que hoje constituem-se o bloco das grandes e médias cooperativas voltadas principalmente para a produção de proteína animal e vegetal. Um segundo momento foi a partir dos anos 2000, com a chegada de um grupo de cooperativas com o propósito de apoiar os agricultores familiares a superar os entraves econômicos, sociais e políticos que limitavam o desenvolvimento desses agricultores, especialmente para comercialização e construção social de mercados como Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e também no apoio a produção de alimentos orgânicos e agroindustriais (SEAB, 2023). Atualmente, o Paraná destaca-se como um dos estados com maior diversidade e representatividade no cooperativismo, principalmente no âmbito do trabalho, saúde, crédito e produção agropecuária (Alves, 2007, p. 15).

Em termos mais gerais, o cooperativismo tem sido amplamente estudado como uma estratégia de desenvolvimento rural e regional, especialmente no contexto da agricultura familiar, promovendo maior acesso a mercados, crédito, tecnologia e infraestrutura. Segundo Silva e Nunes (2023), o cooperativismo traz um potencial para fortalecer a comercialização da produção, ampliar a renda dos agricultores e facilitar o acesso a serviços de assistência técnica e extensão rural. Certamente, as cooperativas agropecuárias têm sido essenciais para a comercialização de produtos, a redução de custos e a inserção dos agricultores em cadeias produtivas mais complexas. Conforme, Tomazzoni e Schneider (2022), no Sul do Brasil, por exemplo, 80,5% dos estabelecimentos agropecuários associados a cooperativas têm a comercialização como principal finalidade da produção, o que demonstra a eficácia do cooperativismo na inserção dos agricultores familiares em cadeias produtivas e mercados mais amplos.

O cooperativismo também tem promovido o acesso dos agricultores familiares a mercados, principalmente por meio da comercialização coletiva de produtos. Nesse sentido, Estevam et al., (2015) inferem que o cooperativismo tem se consolidado como uma estratégia fundamental para a inclusão produtiva dos pequenos agricultores, ampliando sua autonomia de intermediários e permitindo maior inserção em mercados institucionais, como o PNAE e o PAA. Isso permite que os pequenos produtores superem as barreiras de escala e alcancem mercados maiores, aumentando sua renda e competitividade, reforçando o papel do

cooperativismo no desenvolvimento local e regional. Pesquisas recentes, também evidenciam a forte presença do cooperativismo na construção dos chamados mercados alimentares digitais de agricultores familiares de forma proativa e inovadora (Gazolla; Aquino; Szpak Gaievski, 2023).

Além disso, elas oferecem capacitações voltadas para a gestão sustentável dos recursos naturais e facilitam o acesso a informações, tecnologias, inovações e serviços de extensão rural, elementos essenciais para o fortalecimento da agricultura familiar (Tomazoni; Schneider, 2022). Os estudos de Simão et al. (2019), destacam o papel significativo na formação de cooperativas centrais, ou de segundo grau, que permite a integração e verticalização da cadeia produtiva, agregando valor aos produtos da agricultura familiar. Essa centralização pode aumentar a presença das cooperativas nos mercados, especialmente frente a grandes empresas não cooperativas, ao permitir maior escala de produção, redução de custos e melhoria na capacidade de negociação.

Por outro lado, a gestão dessas cooperativas centrais é marcada por grande complexidade, devido à necessidade de coordenar interesses diversos e conflitantes entre os associados. Para enfrentar esse desafio, é necessário investir em capacitação gerencial e em estruturas de governança que permitam a tomada de decisão ágil e eficiente, sem perder de vista os princípios cooperativos (Simão et al., 2019). Essa atuação multifacetada das cooperativas não apenas amplia a competitividade dos agricultores familiares, mas também contribui para a redução das desigualdades regionais, promovendo a inclusão socioeconômica e a sustentabilidade nos espaços rurais. Dessa forma, as cooperativas surgem como uma “alavanca” para o desenvolvimento de economias locais e na consolidação de sistemas agroalimentares mais justos e resilientes.

Ademais, o cooperativismo contemporâneo enfrenta desafios significativos. Um dos principais entraves identificados pelos estudos de Silva e Nunes (2023) foi a baixa participação dos agricultores familiares nas cooperativas, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, onde a infraestrutura e a organização social são mais frágeis. Fatores como o tamanho do estabelecimento, a renda e a escolaridade dos produtores também estão relacionadas diretamente a baixa participação. Schneider e Tomazoni (2022), inferem que também há dificuldades que permeiam a gestão das cooperativistas. A superação de desafios relacionados com a governança interna das cooperativas, à capacitação gerencial dos associados e à necessidade de adaptação às novas dinâmicas dos mercados, como a digitalização e as exigências sanitárias e ambientais para comercialização da produção, são essenciais para fortalecer o sistema do cooperativismo no país. Certamente, desafios esses podem ser superados pelos associados com apoio das cooperativas.

Outro grande desafio histórico é que a maioria das cooperativas brasileiras, salvo algumas exceções, carregam uma trajetória marcada por um cooperativismo mais empresarial do que social; este último, mais baseado nos princípios originais do cooperativismo de Rochdale. Esta forma de proceder historicamente, faz a maioria das cooperativas serem menos democráticas com seus associados, estimularem menos a participação dos associados nas decisões tomadas e projetos construídos, além de não ocorrer a divisão correta e proporcional das sobras econômicas entre os associados ao final dos ciclos remuneratórios anuais (Singer, 2002).

Diante desses desafios e oportunidades, o futuro do cooperativismo no contexto da agricultura familiar está vinculado ao fortalecimento das políticas públicas de apoio, no investimento em capacitação técnica e gerencial e da criação de novas formas de organização cooperativa que sejam mais inclusivas e adaptadas às realidades locais. Conforme destacado por Estevam et al. (2015) as cooperativas descentralizadas, por exemplo, têm se mostrado uma alternativa viável para reduzir custos operacionais e facilitar o acesso dos agricultores a

mercados locais e institucionais, alinhando-se às necessidades específicas dos agricultores familiares e às dinâmicas dos mercados contemporâneos.

Em suma, o cooperativismo se consolida como uma estratégia para o desenvolvimento da agricultura familiar, atuando como um agente de inclusão social, desenvolvimento rural e sustentabilidade ambiental. A superação dos desafios apresentados, como a necessidade de fortalecimento de políticas públicas, capacitação técnica e gerencial, e a adaptação de estruturas organizacionais às realidades locais, são importantes para que o cooperativismo continue a desempenhar um papel estratégico no desenvolvimento rural e regional. Dessa forma, o cooperativismo não apenas fortalece a resiliência dos agricultores familiares, mas também contribui para a constituição de um sistema agroalimentar mais justo e eficiente.

3. Metodologia da investigação

A Figura 1 destaca o Estado do Paraná, locus da pesquisa, em relação ao Brasil e ao sul do país. Conforme o Censo Demográfico de 2022, o Estado possui uma área de 199.307,950 km² e população de 11.835.379 pessoas. Tem o quinto maior PIB do país, com forte participação do ramo agropecuário, especialmente na produção de grãos como soja, milho e trigo. A indústria também é importante, com destaque para a produção de papel, celulose, madeira e petroquímicos. O estado tem um IDH de 0,749, considerado alto, e uma renda per capita em torno de R\$ 1.874, a sétima maior do país. A taxa de analfabetismo é uma das menores do país, 3,7%, estando em terceiro lugar.

Figura 1 – Estado do Paraná em destaque em relação ao Brasil e a Região Sul.



Fonte: Wikipédia (2025).

A construção do artigo adotou uma abordagem mista, associando métodos qualitativos e quantitativos para entender o perfil dos agricultores familiares associados a cooperativas. A análise qualitativa explorou os fatores sociais, econômicos e culturais, enquanto a análise quantitativa usou dados estatísticos provenientes dos levantamentos censitários agropecuários. Para investigar o perfil do cooperativismo na agricultura familiar, especialmente no estado do

Paraná, foram utilizados dados do Censo Agropecuário de 2006 e 2017, disponíveis na base de dados do IBGE.

Neste estudo, também foram considerados relatórios e publicações da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB), além de artigos científicos, dissertações e teses que abordam temas como cooperativismo, agricultura familiar e desenvolvimento rural. Esse conjunto teórico forneceu uma base consistente sobre o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento rural e regional dos agricultores familiares. Essa etapa permitiu identificar estudos para fundamentar a interpretação dos dados quantitativos.

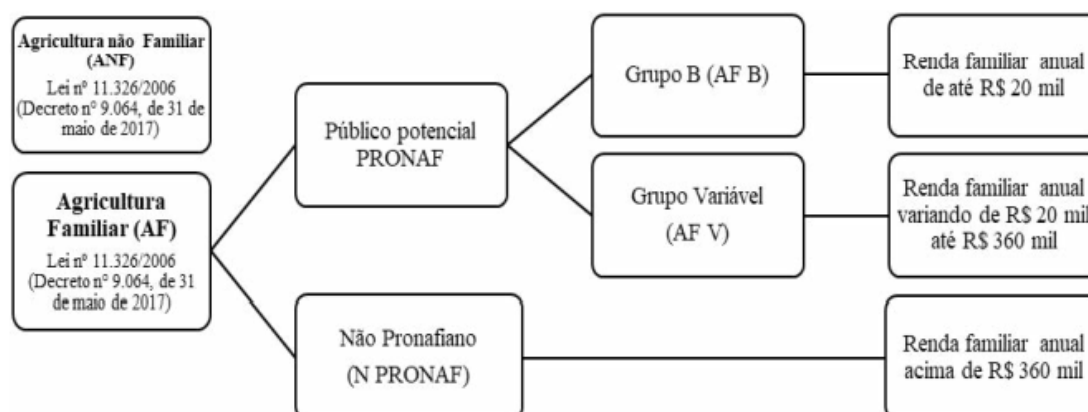
Assim, considerando as possibilidades de tabulação dos dados disponíveis no SIDRA/IBGE, este estudo concentrou-se no cooperativismo e a agricultura familiar no Estado do Paraná. As principais variáveis analisadas ligadas à associação a cooperativas incluíram: “área do estabelecimento”, “escolaridade”, “renda”, “orientação técnica” e “gênero”. Essas variáveis foram escolhidas pela sua relevância na compreensão do perfil socioeconômico e organizacional dos agricultores familiares, permitindo uma análise dos elementos que influenciam a dinâmica nos processos produtivos no desenvolvimento rural.

Lourenço, Schneider e Gazolla (2017), inferem que o Censo Agropecuário de 2006 representou um avanço significativo ao ampliar o escopo dos temas investigados, destacando-se a incorporação de dados relativos à "associação do produtor a cooperativas e/ou entidades de classe". Essa mesma questão foi mantida no Censo Agropecuário de 2017, reforçando a relevância para a compreensão do perfil associativo dos produtores e permitindo uma análise mais detalhada das dinâmicas de organização coletiva no ramo agropecuário, contribuindo para o planejamento de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento rural (Tomazzoni; Schneider, 2022).

De forma resumida, os dados provenientes do Censo Agropecuário realizado em 2017, também classificou os estabelecimentos rurais em “familiares” e “não familiares” nos princípios legais da Lei nº 11.326/2006 (regulamentada pelo Decreto nº 9.064/2017), e, portanto, dificulta a comparação direta com os dados do Censo de 2006. Nesse sentido, a agricultura familiar compreende estabelecimentos que possuem até quatro módulos fiscais, utilizam pelo menos 50% da força de trabalho proveniente da família, pelo menos 50% da renda das atividades advêm do próprio estabelecimento e são geridos exclusivamente por membros da família (Del Grossi, 2019).

Para essa categoria, há três estratificações conforme o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que estão dispostas na Figura 2, esquematicamente: o Grupo B (AF B), que abrange agricultores com renda bruta familiar anual de até R\$ 20 mil, evidenciados como vulneráveis; o Grupo Variável (AF V), com renda anual entre R\$ 20 mil e R\$ 360 mil; e os Não Pronafianos (N PRONAF), que possuem renda superior a R\$ 360 mil e não se enquadram nas políticas do PRONAF devido ao seu maior nível de capitalização (Aquino; Gazolla; Schneider, 2018; Del Grossi, 2019).

Figura 2 – Brasil: Classificação dos estabelecimentos rurais a partir da Lei 11.326 e da tipologia do público potencial do PRONAF - 2017.



Fonte: Gazolla e Aquino (2024) a partir de IBGE/SIDRA (2019) e Del Grossi (2019).

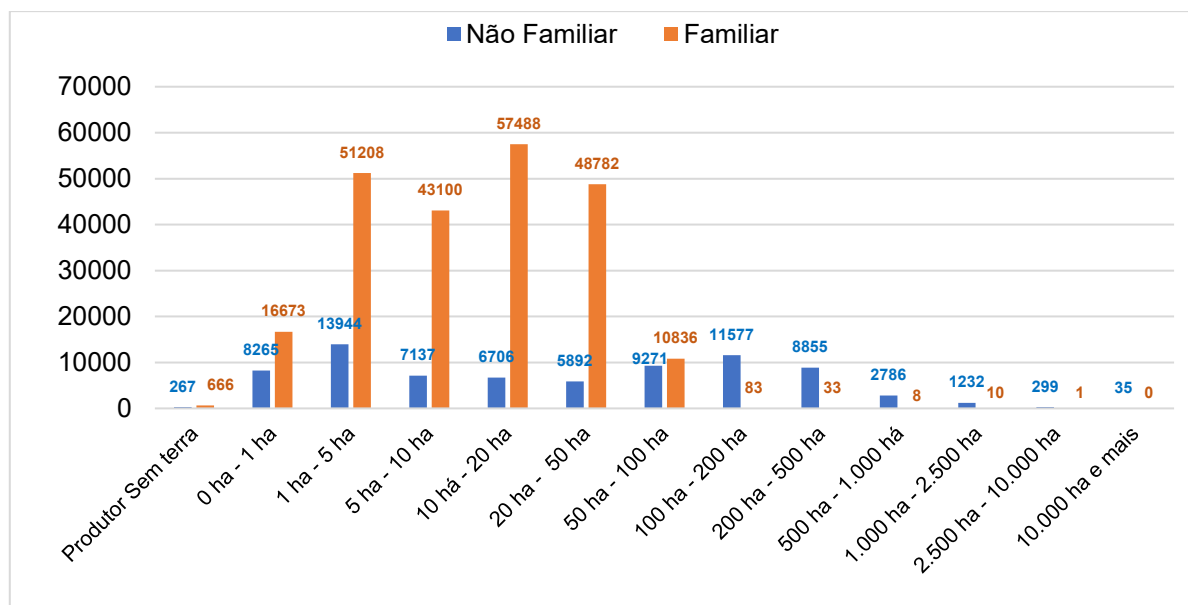
A Figura 2 também mostra que essa formatação metodológica permitiu dividir a categoria AF em três grupos: B (AF B), Variável (AF V) e não Pronafianos (N PRONAF). Consequentemente, a Agricultura Não Familiar (ANF) engloba estabelecimentos que possuem mais de quatro módulos fiscais, utilizam predominantemente mão de obra assalariada e são geridos por administradores ou capatazes. Conforme os dados extraídos do censo, a AF no Brasil representa 76,82% dos estabelecimentos agrícolas, sendo 53,87% pertencentes ao Grupo B, 22,45% ao Grupo Variável e apenas 0,51% classificados como N PRONAF, enquanto a ANF responde por 23,18% dos estabelecimentos (Gazolla e Aquino, 2024).

4. O cooperativismo na agricultura familiar paranaense

Os dados analisados na pesquisa evidenciam o perfil do cooperativismo na agricultura familiar no estado do Paraná, destacando a adesão e os desafios enfrentados pelos agricultores. A análise dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017 revela um panorama significativo quanto ao crescimento das unidades produtivas que se tornaram cooperadas, especialmente na região Sul do Brasil, onde o cooperativismo se mostra mais forte.

De início, o Gráfico 1 evidencia a dualidade da estrutura agrária: de um lado, a agricultura familiar, que predomina em números absolutos de estabelecimento agropecuários, desempenhando um papel crucial na segurança alimentar e no desenvolvimento rural; e, de outro, a agricultura não familiar, que concentra a maior parte das terras em grandes estabelecimentos, refletindo uma desigualdade histórica na distribuição de terras.

Gráfico 1: Paraná: Distribuição do número de estabelecimentos agropecuários por área total, na agricultura familiar e não familiar.



Fonte: IBGE (Censo Agropecuário 2017).

É possível verificar que há um predomínio da agricultura familiar, principalmente em unidades produtivas de até 50 hectares (85% dos estabelecimentos estão nessa faixa), com números expressivos em faixas como 1 ha - 5 ha (78,60% são estabelecimentos familiares), 5 ha - 10 ha (85,79% são familiares), 10 ha - 20 ha (89,55% são familiares) e 20 ha - 50 ha (89,22% são classificados como familiares). Nos estudos de Silva, Gazolla e Oliveira (2022, p. 9), a agricultura familiar atua em “cerca de 75% das terras agrícolas em nível global e são responsáveis por cerca de 80% dos alimentos do mundo em termos de valor”. Isso demonstra a importância da agricultura familiar para a produção de alimentos e a sustentabilidade no campo. Além disso, os dados apresentados no Gráfico 1 vão ao encontro aos divulgados pelo informativo do sistema Ocepar, que representa 27% das cooperativas e têm 199 mil cooperados, onde cerca de 70% dos associados dessas cooperativas possuem área de até 50 hectares e a maioria dos associados são agricultores familiares e médios agricultores (SEAB, 2023).

Por outro lado, a agricultura não familiar é predominante em áreas maiores, especialmente acima de 100 hectares. Por exemplo, na faixa de 50 ha - 100 ha, há um equilíbrio em relação aos números, são 9.271 unidades não familiares contra 10.836 familiares, ampliando a diferença significativamente em áreas acima de 100 ha, onde a presença da agricultura familiar é quase insignificante, com apenas 135 estabelecimentos distribuídos nas faixas entre 100 ha - 10.000 ha e nenhuma unidade acima de 10.000 ha. Esses dados evidenciam a concentração de terras nas mãos de grandes produtores não familiares, caracterizando uma estrutura fundiária desigual enfrentada pela agricultura familiar, conforme revelada por Wanderley (2015), onde os processos de concentração de terras, representa um dos principais obstáculos à sua reprodução social e econômica.

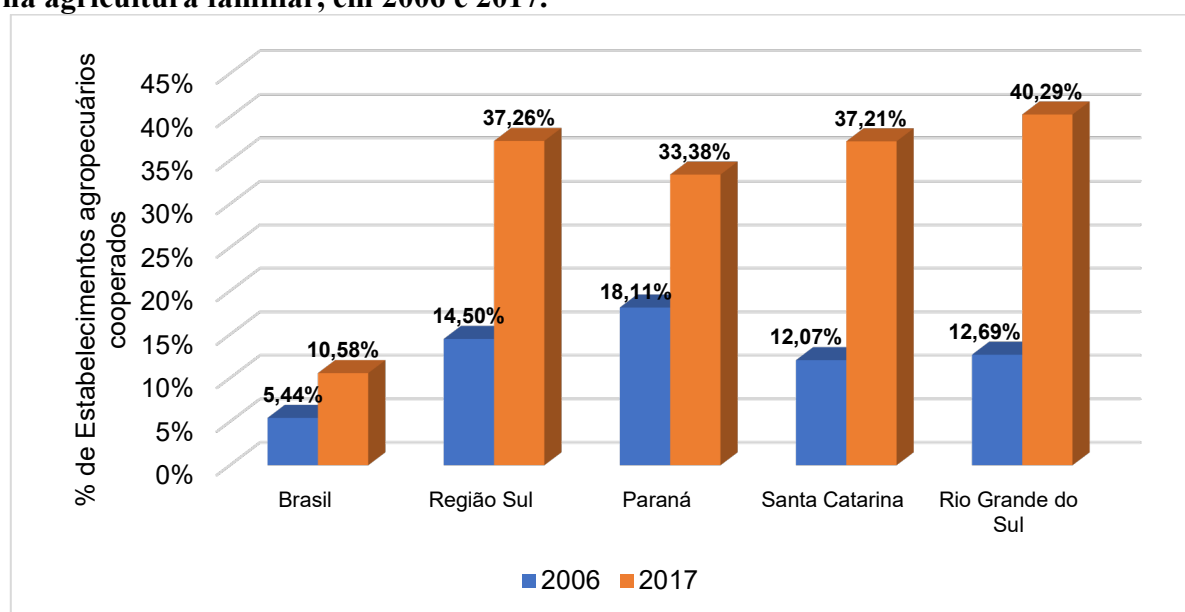
Essa desigualdade tem implicações socioeconômicas importantes. A agricultura familiar, predominante em pequenas áreas, desempenha um papel estratégico na produção de alimentos, na geração de emprego no campo e na permanência das populações nas áreas rurais. De certa forma, de acordo com os dados de Tomazzoni e Schneider, (2022), à medida que o tamanho das unidades vai aumentando, o número de estabelecimentos familiares tende a diminuir, indicando por exemplo, uma maior profissionalização da gestão e uma menor participação da família nas atividades produtivas.

Por outro lado, os dados dos censos de 2006 e 2017 revelam um aumento na presença do cooperativismo em estabelecimentos familiares. No entanto, a adesão e permanência dos

agricultores em cooperativas não ocorre de forma uniforme. Silva e Nunes (2023) apontam que fatores como o tamanho do estabelecimento, a faixa de renda, a escolaridade, o acesso a crédito e a existência de políticas públicas de apoio ao produtor influenciam as taxas de associação em cooperativas.

O Gráfico 2 apresenta a evolução da presença do cooperativismo no Brasil, com foco na Região Sul e nos estados que a compõem, comparando os Censos de 2006 e 2017. A análise dos dados apresenta um crescimento significativo do cooperativismo em todas as áreas analisadas, com destaque para a Região Sul, que apresenta uma presença muito acima da média nacional. No Brasil, a presença do cooperativismo passou de 5,44% em 2006 para 10,58% em 2017, praticamente dobrando no período, o que indica uma maior adesão as formas sociais de organização cooperativistas. No entanto, a região Sul se destaca de forma expressiva. Em 2006, já apresentava uma presença de 14,50%, mais que o dobro da média nacional na época. Em 2017, esse número saltou para 37,26%, assinalando que os agricultores estão reconhecendo os benefícios da cooperação para potencializar seus processos de desenvolvimento rural, garantir melhores preços para seus produtos e alimentos e construir acessos a novos e melhores mercados (Tomazzoni; Schneider, 2022).

Gráfico 2: Brasil e Região Sul: Estabelecimentos agropecuários associados a cooperativas na agricultura familiar, em 2006 e 2017.



Fonte: IBGE (Censos Agropecuários 2006 e 2017).

Analisando os estados individualmente, o Paraná embora liderava a região em 2006, com 18,11%, registrou um crescimento moderado e atingiu 33,38% em 2017, mas ainda significativo. Por sua vez, Santa Catarina apresentou um crescimento impressionante, saindo de 12,07% para 37,21% em 2017. Já o Rio Grande do Sul teve um crescimento ainda mais expressivo, de 27,60 pontos percentuais, chegando a 40,29% dos estabelecimentos cooperados em 2017, tornando-se o estado com a maior presença do cooperativismo não apenas na região, mas em todo o país. Esse cenário reforça a importância das formas cooperadas para o desenvolvimento econômico e social da região, especialmente na agropecuária, no crédito e consumo.

Segundo o estudo de Carmo (2020), essa adesão a forma cooperativista permite a negociação de preços mais vantajosos, o acesso a tecnologias inovadoras e o compartilhamento de conhecimentos, fortalecendo as unidades produtivas. Esses fatores contribuem para o

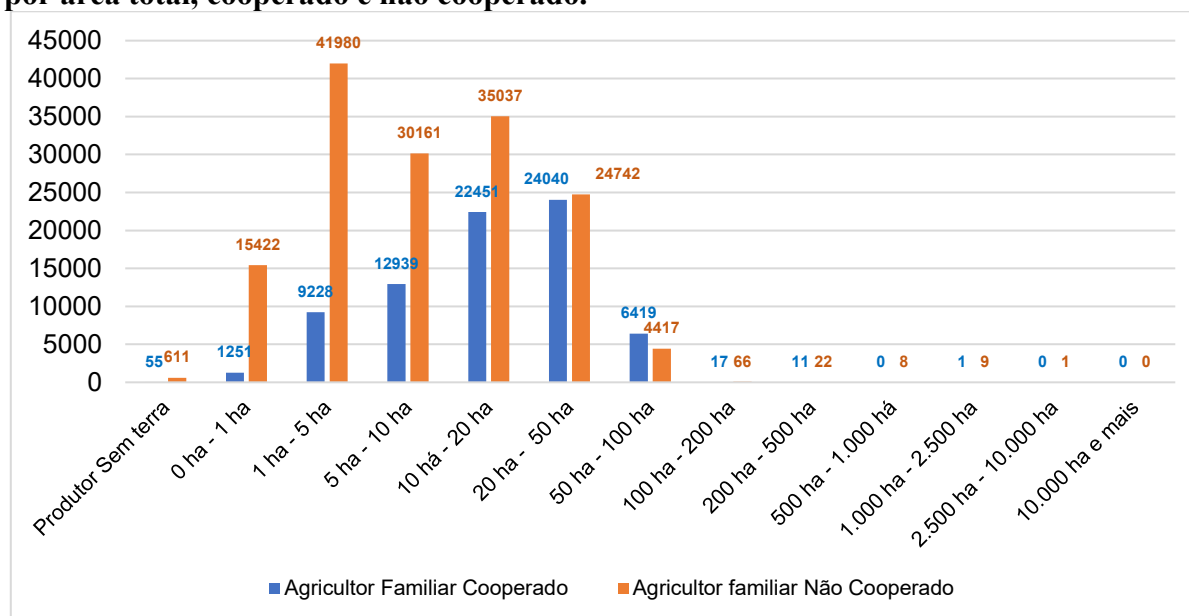
fortalecimento dos agricultores, especialmente os de pequeno porte, que encontram nas cooperativas um meio de superar as dificuldades e ampliar suas oportunidades de acessos aos mercados. Além disso, há outras razões que motivam os produtores a se unirem em cooperativas, como ressaltado por Elijah (2021). Entre elas, destacam-se o melhor acesso a mercados e suprimentos, a redução dos custos gerais de produção, a mitigação de riscos e a adoção de um sistema de gestão mais democrático, que valoriza a participação e a tomada de decisão coletiva.

O Paraná, especificamente, se destaca por possuir um número maior de cooperativas atuantes, tanto no ramo agropecuário, com foco na industrialização de proteínas animal e vegetal, quanto no apoio à agricultura familiar, organizando a produção e a comercialização. No entanto, conforme apontam Silva e Nunes (2023), ainda há desafios a serem superados, como a necessidade de avançar na agregação de valor às cadeias produtivas e no acolhimento e proteção dos associados. Esses avanços são necessários para garantir que as cooperativas continuem a desempenhar um papel central no desenvolvimento econômico e social do estado, fortalecendo os agricultores e promovendo a sustentabilidade no campo.

O Gráfico 3 apresenta uma análise comparativa entre agricultores familiares cooperados e não cooperados, com base na distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários no Paraná. É possível observar a concentração das unidades produtivas que não estão associadas a alguma cooperativa na faixa de até 50 há. A análise desses dados revela padrões interessantes sobre a relação entre o tamanho da unidade produtiva e a propensão à cooperação, além de destacar diferenças significativas entre os grupos.

A participação em cooperativas cresce à medida que o tamanho da unidade produtiva aumenta, atingindo um pico na faixa de 20 a 50 hectares. Após esse ponto, a participação diminui, especialmente em unidades maiores. Para Silva e Nunes (2023), estabelecimentos de médio porte (5 a 50 hectares) são os que mais se associam ao cooperativismo, pois têm escala suficiente para aproveitar economias de custos e acesso a mercados, mas ainda dependem de estruturas coletivas para sobreviverem e fortalecerem sua produção, processos comerciais, de agregação de valor e de crédito rural.

Gráfico 3: Paraná: Distribuição do número de estabelecimentos agropecuários familiares por área total, cooperado e não cooperado.

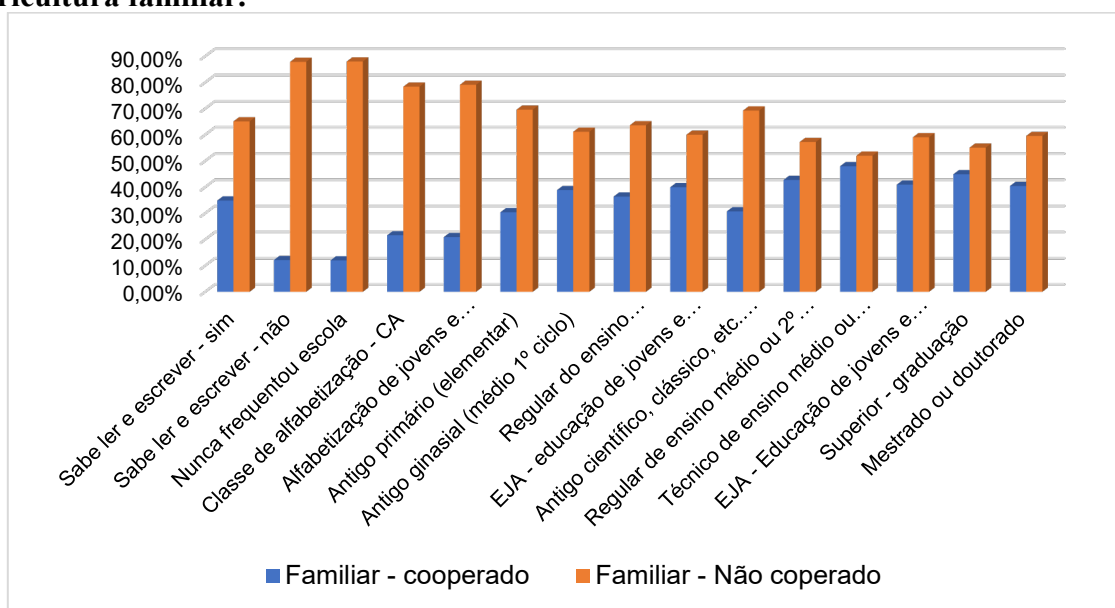


Fonte: IBGE (Censo Agropecuário 2017).

Esses padrões podem estar alinhados com os achados de Tomazoni e Schneider (2022), que destacam a heterogeneidade da agricultura familiar e a importância da escala e dos custos de transação na decisão de cooperar. Conforme os autores, ao possibilitar ganhos de escala na compra de insumos, acesso à assistência técnica e mercados, as cooperativas ajudam a superar os desafios dos custos de transação e das economias de escala. Já nas unidades produtivas maiores (acima de 100 hectares) têm pouca necessidade de estarem associadas cooperativas, pois, de certa forma, atuam de forma independente em relação aos mercados de crédito, insumos, tecnologias, etc. e preferem estratégias individuais de desenvolvimento rural.

O Gráfico 4 apresenta uma relação entre a escolaridade dos produtores familiares e a participação em cooperativas. De modo geral, o gráfico demonstra um aumento gradual na participação dos produtores em cooperativas à medida que o nível de escolaridade aumenta. Essas informações subsidiam uma tendência de correlação entre o nível de escolaridade e a participação em cooperativas entre os agricultores familiares. Conforme apontado, indivíduos com maior escolaridade tendem a ser mais cooperativos. É possível observar que o analfabetismo está associado a taxas mais altas de não cooperação, com quase 90% daqueles que não sabem ler e escrever ou nunca frequentou a escola. Por outro lado, o ensino técnico e superior apresenta melhores índices de cooperação, sugerindo que a educação formal ou qualificada exerce um papel importante na promoção da cooperação. Em níveis de escolaridade intermediários, como o ensino fundamental e médio, a diferença entre cooperados e não cooperados é menor, mas ainda há uma tendência de maior cooperação entre os mais escolarizados.

Gráfico 4. Paraná: Relação entre escolaridade e associação em cooperativas na agricultura familiar.



Fonte: IBGE (Censo Agropecuário 2017).

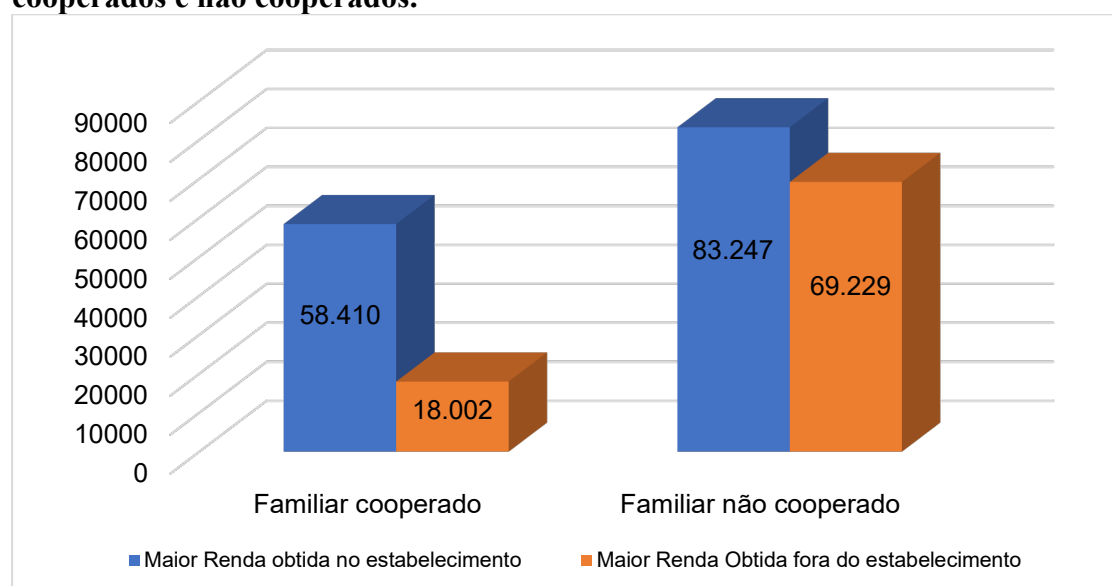
Há de fato, um ponto de corte a partir do nível de escolaridade para os agricultores familiares que possuem o primário em diante. Entre os cooperados com antigo ginásial (médio 1º ciclo), 38,85% deles têm essa formação, contra 61,15% dos não cooperados. Já no ensino médio regular, as diferenças diminuem ainda mais, onde 42,75% dos cooperados completaram esse nível, contra 57,25% dos não cooperados. Esses dados indicam que a educação pode ser uma ferramenta importante para promover a cooperação em espaços familiares, destacando a necessidade de programas de alfabetização e educação básica. Além disso, o ensino técnico e

superior pode fornecer conhecimentos que facilitam a participação em atividades cooperativas. No entanto, é importante considerar outros fatores que podem influenciar a cooperação, como idade, gênero, renda e contexto cultural, por exemplo.

Conforme Tomazzoni e Schneider (2022), os dados “revelam que os estabelecimentos que estão filiados às cooperativas possuem indicadores melhores de escolaridade.” Isso infere que a escolaridade pode ser um fator importante na decisão de um produtor em associar-se a uma cooperativa. Além disso, é possível perceber que há baixa participação em cooperativas nas faixas dos que não sabem ler e escrever, nunca frequentou a escola e dos que são alfabetizados. Silva e Nunes (2023, p.10), demonstram que “a baixa escolaridade é, de fato, uma das principais carências da agricultura familiar no Brasil se constituindo em uma barreira e impedimento não apenas para melhorar as condições de vida e de produção, mas também de organização social e econômica”. Da mesma forma, conforme os autores, a baixa participação nessas faixas pode estar relacionada à falta de informação sobre os benefícios da cooperação e as dificuldades de compreender os mecanismos de funcionamento das cooperativas, além do menor acesso a tecnologias da informação.

Os dados do Gráfico 5 apontam dois cenários distintos. Primeiro, a categoria "familiar não cooperado" e o segundo "Maior renda obtida fora do estabelecimento". Essa faixa revela que um número considerável de estabelecimentos não está associado as cooperativas pois, possivelmente, complementam sua renda com atividades fora da unidade produtiva. Nesse sentido, analisando a renda obtida fora do estabelecimento rural, apenas 30,8 % dos produtores familiares cooperados têm a maior parte de sua renda proveniente de fontes externas, em contraste, 45,40% produtores familiares não cooperados que dependem mais dessas fontes de renda externas. Conforme Dos Anjos, Rocha e De Oliveira Silva (2022), essa realidade evidencia a dificuldade de sustentar a família unicamente com a produção agrícola e aponta para a crescente pluriatividade e das atividades rurais não agrícolas, com a necessidade de diversificar as fontes de renda. Para os autores, a predominância do autoconsumo na produção agrícola familiar também pode explicar, em parte, a natureza complementar da renda obtida fora da unidade produtiva.

Gráfico 5. Paraná: Origem da renda em estabelecimentos agropecuários familiares cooperados e não cooperados.



Fonte: IBGE (Censo Agropecuário 2017).

Os dados apontam que 23,56% dos agricultores cooperados dependem de renda externa ao passo que, para 76,44% dos cooperados, a renda agrícola é a principal fonte de sustento, reforçando o papel das cooperativas na valorização econômica da produção familiar. Ademais, para Martins Da Silva e Moraes Peixinho (2023), é importante destacar que a pluriatividade e as atividades rurais não agrícolas representam estratégias relevantes para os agricultores familiares, permitindo-lhes, além da manutenção das atividades agrícolas, a complementação da sua renda por meio da diversificação em trabalhos não agrícolas.

No que se refere ao acesso à orientação técnica, os dados da Tabela 1 apresentam um panorama da assistência técnica e extensão rural em estabelecimentos agropecuários associados e não associados a cooperativas. Pode-se dizer, que há um quadro um tanto ruim tanto na agricultura não familiar como na agricultura familiar. A análise dos dados demonstra que entre os estabelecimentos mapeados, 51,29% e 56,16% respectivamente, não recebem qualquer tipo orientação técnica. Em relação ao percentual de estabelecimentos que recebem orientação técnica, foi possível observar que, na agricultura familiar, 43,84% dos estabelecimentos recebem orientação técnica, à medida que o percentual sobe para 73,62% entre os associados à cooperativa.

Tabela 1 – Paraná: Origem da orientação técnica recebida nos estabelecimentos agropecuários associados à cooperativa por tipologia de agricultura familiar e não-familiar.

Origem da orientação técnica recebida	Agricultura familiar - não				Agricultura familiar - sim			
	Total		Associado à Cooperativa		Total		Associado à Cooperativa	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total	76266	100%	30028	100%	228888	100%	76412	100%
Recebe	37149	48,71%	24165	80,47%	100350	43,84%	56258	73,62%
Governo (federal, estadual ou municipal)	5417	7,10%	2610	8,69%	24627	10,76%	11581	15,16%
Própria ou do próprio produtor	13790	18,08%	7136	23,76%	21433	9,36%	9698	12,69%
Cooperativas	19015	24,93%	17524	58,36%	44395	19,40%	38209	50,00%
Empresas integradoras	4183	5,48%	2242	7,47%	22034	9,63%	8614	11,27%
Empresas privadas de planejamento	1887	2,47%	1124	3,74%	4212	1,84%	1899	2,49%
Organização não-governamental (ONG)	42	0,06%	18	0,06%	208	0,09%	85	0,11%
Sistema S	61	0,08%	28	0,09%	183	0,08%	80	0,10%
Outra	1106	1,45%	454	1,51%	3578	1,56%	1186	1,55%
Não recebe	39117	51,29%	5863	19,53%	128538	56,16%	20154	26,38%

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário 2017).

Já na agricultura não familiar, 48,71% dos estabelecimentos recebem orientação técnica, com um aumento para 80,47% entre os associados à cooperativa. Em relação as fontes de assistência técnica por parte das cooperativas, destacam-se como a principal fonte para ambos os grupos. Na agricultura familiar, 50,00% dos estabelecimentos associados à cooperativa recebem orientação técnica, enquanto na agricultura não familiar, esse percentual é de 58,36%. Isso indica que a associação à cooperativa pode estar fortemente relacionada ao acesso à

orientação técnica, independentemente da tipologia de agricultura, embora a agricultura não familiar apresente uma proporção ligeiramente maior de estabelecimentos que recebem orientação técnica em relação a agricultura familiar.

Além disso, para os autores Pereira e De Castro (2021), os dados sugerem que o cooperativismo não apenas fortalece o acesso a serviços de assistência técnica, mas também oferece um canal para a troca de informações e práticas produtivas. O artigo ressalta que as cooperativas exercem um papel fundamental no fortalecimento da assistência técnica, permitindo que os agricultores, por meio da coletividade, tenham acesso a conhecimentos e inovações que, de outra forma, seriam difíceis de obter individualmente.

No estudo conduzido por Tomazonni e Schineider (2022), destaca-se fatores importantes como o enfraquecimento de políticas e das instituições públicas responsáveis pela assistência técnica e extensão e o papel de destaque desempenho pelas cooperativas nesse cenário. É possível observar que essas organizações têm se consolidado como agentes fundamentais na oferta de orientação técnica, suprindo, em parte, as lacunas deixadas pela redução do apoio estatal e de terceiros, fortalecendo sua relevância no âmbito da construção de estratégias de desenvolvimento rural mais colaborativas, via organização social coletiva.

A Tabela 2 revela uma marcante disparidade de gênero na responsabilidade pelos estabelecimentos agropecuários no Paraná, com os homens representando a maioria dos produtores rurais, tanto na agricultura familiar quanto na não familiar, associado ou não às cooperativas. Neste cenário, as mulheres aparecem como responsáveis por apenas uma minoria dos estabelecimentos, refletindo uma desigualdade estrutural de gênero no meio rural. No total de estabelecimentos, os homens representam 85,82% na agricultura não familiar e 86,26% na agricultura familiar, enquanto as mulheres correspondem a 12,07% e 13,74%, respectivamente. Essa diferença, embora pequena, indica que a agricultura familiar apresenta uma participação feminina ligeiramente maior em comparação com a agricultura não familiar.

Tabela 2 – Paraná: Gênero da pessoa responsável pelos estabelecimentos agropecuários associados à cooperativa.

Associação do produtor à cooperativa	Total			Agricultura familiar – não			Agricultura familiar - sim		
	Homens	Mulheres	Não se aplica	Homens	Mulheres	Não se aplica	Homens	Mulheres	Não se aplica
Total	262895	40646	1613	65450	9203	1613	197445	31443	-
É associado	116137	10826	643	30667	2417	643	85470	8409	-
Cooperativa	97983	7984	473	27637	1918	473	70346	6066	-

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário 2017).

Ao analisar os estabelecimentos associados à cooperativa, observa-se uma concentração ainda maior de homens como responsáveis, com percentuais que ultrapassam 92% em ambos os grupos. Em contraste, a participação feminina cai para 6,39% na agricultura não familiar e 7,94% na agricultura familiar. Isso indica que a associação à cooperativa pode estar relacionada a uma redução ainda mais acentuada da participação feminina, assinalando que as cooperativas podem estar menos acessíveis ou menos atrativas para as mulheres. Para Coelho (2020, p. 116), infere que “as cooperativas como modelo de organizações baseadas na democracia deveriam valorizar a diversidade em torno de objetivos comuns e da equidade, sendo modelos de organizações que atraem as mulheres para participação nas atividades de liderança”.

Tomazonni e Schneider (2022), concluem que é possível que haja uma prática recorrente do recenseador do IBGE em entrevistar os homens, capaz de distorcer a representação da realidade, escondendo a participação feminina nas cooperativas. Colaborando com a análise, conforme estudo realizado por Dos Anjos, Rocha e De Oliveira Silva (2022) no Estado da Bahia, houve avanços na agricultura familiar cooperada baiana, mas a questão de gênero ainda

permanece um desafio. Para as autoras, há uma prática predominante de designar o homem como o principal produtor, o que provavelmente contribui para o baixo percentual de agricultoras cooperadas.

Para Da Silva et al (2023), as desigualdades de gênero no meio rural são agravadas pela persistência de um papel social que historicamente confina a mulher ao espaço doméstico e impõe uma sobrecarga de trabalho às mulheres, que dedicam mais tempo a afazeres domésticos do que os homens e além de enfrentarem a invisibilidade de suas contribuições produtivas. Essa disparidade de gênero impacta diretamente nas cooperativas, que frequentemente refletem e perpetuam as desigualdades existentes.

5. Considerações finais

Este artigo teve como objetivo traçar o perfil do cooperativismo na agricultura familiar do Estado do Paraná, a partir da análise dos dados do Censo Agropecuário de 2017, destacando os papéis da organização social e colaborativa nos processos de desenvolvimento rural e regional. A análise permitiu identificar as relações entre cooperativismo, educação, renda, assistência técnica, gênero e as características socioeconômicas dos agricultores familiares, contribuindo para o debate sobre políticas públicas para a categoria.

Os dados evidenciaram que o cooperativismo na agricultura familiar paranaense apresentou um crescimento significativo, especialmente na Região Sul do país, onde o Paraná se destaca com 33,38% dos estabelecimentos familiares associados a cooperativas em 2017. Esse crescimento reflete a importância das cooperativas como estratégia de fortalecimento da agricultura familiar, proporcionando fortalecimento da produção, maior acesso a mercados, tecnologias e assistência técnica. Além disso, observou-se que a participação em cooperativas está fortemente relacionada com o tamanho da unidade produtiva, a escolaridade e a origem da renda. Unidades de médio porte (5 a 50 hectares) e agricultores com maior nível de escolaridade tendem a se beneficiar mais da forma cooperativista, enquanto a dependência de renda externa ao estabelecimento rural reduz a propensão à cooperação.

No entanto, o cooperativismo paranaense na agricultura familiar enfrenta desafios contemporâneos que precisam ser superados para garantir sua ampliação. A baixa participação de mulheres nas cooperativas, apenas 13,74% dos estabelecimentos chefiados por mulheres, refletindo uma desigualdade de gênero estrutural no meio rural, é um dos principais obstáculos. Além disso, a necessidade de fortalecer políticas públicas de apoio, como a ATER, e a capacitação gerencial dos associados são essenciais para melhorar a governança interna das cooperativas. A adaptação às novas dinâmicas dos mercados alimentares, como a digitalização e as exigências sanitárias e a busca de maiores níveis de sustentabilidade ambiental, também se apresenta como um desafio a ser superado para o futuro do cooperativismo na agricultura familiar.

Conclui-se que o cooperativismo se consolida como uma estratégia fundamental para o desenvolvimento rural e regional no Paraná, promovendo a inclusão socioeconômica dos agricultores familiares e a sustentabilidade no campo. A superação dos desafios identificados, por meio de políticas públicas eficazes e investimentos em capacitação e inovação, são importantes para que o cooperativismo continue a exercer um papel central no fortalecimento da agricultura familiar e na construção de sistemas mais justo e resiliente.

6. Referências

ABREU, B. S.; BARACUHY NETO, G.; ARAÚJO, P. S.; BEZERRA, P. T. da C.; FERNANDES NETO, S. Cooperativismo Como Alternativa Para O Desenvolvimento Regional - O Exemplo Da Coapecal. **Revista de Geografia**. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 25, n. 3, set/dez. 2008.

ALVES, A. **Cooperativismo Avícola e o Desenvolvimento Socioeconômico em Palotina**. 2007. Dissertação. Unifae Centro Universitário. Curitiba. 2007. Disponível em: <<https://img.fae.edu/galeria/getImage/108/1547417863152686.pdf>> Acesso em 24 de jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm> acesso em 22 de nov. 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo Agro 2017: população ocupada nos estabelecimentos agropecuários cai 8,8%**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25789-censo-agro-2017-populacao-ocupada-nos-estabelecimentos-agropecuários-cai-8-8>>. Acesso em: 12 mai. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pmc/brasil>>. Acesso em: 22 mai. 2024.

CARMO, R. M. D. **Fatores de Desempenho de Associações e Cooperativas de Agricultores Familiares da Região de Barretos-SP**. 2020.

COELHO, L. B. **Cooperativas de Agricultura Familiar do Paraná: Uma análise a partir da abordagem da nova economia institucional (Nei)**. 280 f. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre – Rs. 2020.

CORREIA D. S. H. B.; CARTES PATRÍCIO, C. (org.) 2022. **Fortalecimento da agricultura familiar e desenvolvimento sustentável - Cooperativismo, ater e pesquisa agropecuária, e ater digital pós-COVID-19**. Brasília, FAO, SEAB/PR e IAPAR EMATER

DA SILVA, M. L. S. et al. AS MULHERES NO COOPERATIVISMO E NAS COOPERATIVAS RURAIS. **Humanidades & Inovação**, v. 10, n. 13, p. 161-171, 2023.

DEL GROSSI, M. E. **Algoritmo para delimitação da agricultura familiar no censo agropecuário 2017, visando a inclusão de variável no banco de dados do censo**, disponível para ampla consulta. Brasília: FAO, 2019.

DOS ANJOS, E. G.; ROCHA, A. G. P.; DE OLIVEIRA SILVA, D. O cooperativismo como estratégia de fortalecimento da agricultura familiar na Bahia: uma análise baseada no Censo Agropecuário 2017. **DRd-Desenvolvimento Regional em debate**, v. 12, n. ed. esp. 2 (Dossiê Cooperativismo), p. 8-31, 2022.

ELIJAH, R. **Cooperativas Agrícolas: Tipos, Vantagens E Desvantagens**. Disponível em: <<https://eos.com/pt/blog/cooperativas-agricolas/>>. 2021. Acesso em: 13 set. 2024.

ESTEVAM, D. DE O.; SALVARO, G. I. J.; BUSARELLO, C. S.. Espaços de produção e comercialização da agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas do Sul Catarinense. **Interações (Campo Grande)**, v. 16, n. 2, p. 289–299, jul. 2015.

GASPARETO, A. A. N. **O Capitalismo e a Política Agrária a Partir da Década de 60: Migração e Urbanização Paranaense**. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/148-4.pdf>> acesso em 01 de ago. 2024.

GAZOLLA, M.; RUFINO DE AQUINO, J. A dívida digital no campo brasileiro: uma análise nacional e regional a partir do Censo Agropecuário 2017. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 20, n. 1, 2024.

GAZOLLA, M.; RUFINO DE AQUINO, J.; SZPAK GAIEVSKI, E. H. Mercados alimentares digitais da agricultura familiar no Brasil: dinâmicas durante e pós pandemia da COVID-19. **Mundo Agrário**, [S. l.], v. 24, n. 57, p. e228, 2023. DOI: 10.24215/15155994e228. Disponível em: <https://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/mae228>. Acesso em: 19 mar. 2025.

GREGOLIN, M. R. P.; SOUZA, R. S. de. (2021). Da Origem ao Cisma: O Cooperativismo Agrícola Brasileiro e o Dualismo Representativo. **PEGADA - A Revista Da Geografia Do Trabalho**, 22(2), 152–184. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/8456>. Acesso em 30 de ago. 2024.

GREGORINI, G. **A Importância das Cooperativas de Crédito Para o Desenvolvimento Local**. 2019. Disponível em: <<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/15255/2/ART.RIUNI.pdf>>. Acesso em 11 de jul. 2024.

ILHA, P. C. D. S. **O crescimento e desenvolvimento sócio-econômico das cooperativas agroindustriais do Oeste do Paraná**. 156 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento regional e do Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2010.

MAIA, M. A.; ALVES, D. C. Cooperativismo e Agricultura Familiar: um estudo de caso. **Revista de Administração IMED**, v. 3, n. 3, p. 194-208, 2013.

MARTINS DA SILVA, N.; MORAES PEIXINHO, D. A dinâmica espacial da pluriatividade na agricultura familiar. **Ateliê Geográfico**. Goiânia, v. 17, n. 1, p. 213–228, 2023. DOI: 10.5216/ag.v17i1.73072. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ateliê/article/view/73072>. Acesso em: 12 mar. 2025.

MLADENATZ, G. **História das doutrinas Cooperativistas**. Trad. José Carlos Castro; Maria da Graça Leal; Carlos Potiara Castro. Ed. Confabras. Brasília. 2003.

OCB. **Organização das Cooperativas Brasileiras**. Disponível em: <https://somoscooperativismo-ce.coop.br/noticias/anuario-do-cooperativismo-brasil-chega-a-23-45-milhoes-de-cooperados>. Acesso em: 18 jun. 2024.

PEREIRA, C. N.; DE CASTRO, C. N. **Assistência técnica na agricultura brasileira: uma análise sobre a origem da orientação técnica por meio do Censo Agropecuário de 2017**. Texto para Discussão, 2021.

SEAB. Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. **Cooperativismo no Paraná**. 2023. Disponível em: <<https://www.agricultura.pr.gov.br/CooperaPR/Pagina/Cooperativismo-no-Parana>>. Acesso em: 23 ago. 2024.

SCHNEIDER, J. O. A doutrina do cooperativismo: análise do alcance, do sentido e da atualidade dos seus valores, princípios e normas nos tempos atuais. **Cadernos Gestão Social**, v. 3, n. 2, p. 251-273, 2012.

SERRA, E. Um pouco da História do Cooperativismo no Paraná. **Boletim de geografia – UEM**, ano 13, nº 13, outubro de 1985.

SILVA, R. M. A., & NUNES, E. M. (2023). Agricultura familiar e cooperativismo no Brasil: uma caracterização a partir do Censo Agropecuário de 2017. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 61(2), e252661. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.252661>.

SILVA, A. D.; GAZOLLA, M.; OLIVEIRA, N. S. M. N. de. A agricultura familiar nos dados do Censo Agropecuário 2017: uma análise comparativa do seu “tamanho” e perfil entre os três estados do Sul. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 12, ed. esp. (Dossiê), p. 7-37, 11 fev. 2022. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v12ied.Esp.Dossie.3904>.

SIMÃO, G. L.; ANTONIALLI, L. M.; MACEDO, A. dos S.; SANTOS, A. C. dos. Sociologia econômica e competitividade em cooperativas agropecuárias centralizadas: teoria de Redes, Instituições e Campos. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 20, n. 2, p. 88-100, 2018.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2002, 130p.

TOMAZZONI, G. C.; SCHNEIDER, S. A presença do cooperativismo na agricultura do Sul do Brasil: uma breve caracterização a partir dos dados do censo agropecuário 2017. **DRd-Desenvolvimento Regional Em Debate**. v. 12, n. ed. esp. Dossiê, p. 65-88, 2022.

